

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº. 021/2014

Dispõe sobre a ampliação dos valores pagos a título de compensação da gratuidade de atos praticados pelos notários e registradores, bem como o pagamento de mapas e comunicações, referentes ao mês base de junho de 2014, nos termos do art. 37 da Lei nº 15.424, de 2004.

A Comissão Gestora dos Recursos para a Compensação da Gratuidade do Registro Civil no Estado de Minas Gerais, nos termos regimentais, com base na Lei nº. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, art. 37, e em face da ocorrência do superávit consolidado e referente ao mês de **maio de 2014**, mediante deliberação do Plenário da Comissão que aprovou esta Resolução Deliberativa, em reunião ordinária do dia quinze do mês de julho do ano de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A ampliação da compensação da gratuidade em razão dos atos praticados pelos registradores das pessoas naturais no mês de **junho de 2014**, em razão, do art. 37 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, é feita nos seguintes valores:

I – na forma do inciso II do art. 37, para os atos praticados no mês de **junho de 2014** em razão dos nascimentos e óbitos, o valor de **R\$ 35,93** (trinta e cinco reais e noventa e três centavos);

II – na forma do inciso II do art. 37, para os atos praticados no mês de **junho de 2014** em razão das habilitações dos casamentos, o valor de **R\$ 21,30** (vinte e um reais e trinta centavos);

III – na forma do inciso IV do art. 37, a complementação da receita bruta mínima mensal em razão dos valores recebidos pelos notários e registradores no mês de **junho de 2014**, o valor de **R\$ 528,14** (quinhentos e vinte e oito reais e quatorze centavos).

IV – R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos) para os atos decorrentes de mandados judiciais, praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

V – R\$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos) para as certidões ou segundas vias expedidas pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

VI – R\$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos) para as certidões emitidas pelos Registradores de Imóveis, enviadas ao ITER, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

VII – R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) para as averbações de imóveis, feitas pelos Registradores de Imóveis, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002.

VIII – R\$ 30,18 (trinta reais e dezoito centavos) para o conjunto de todos os mapas enviados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, na forma do inciso VI do art. 37;

IX – R\$ 1.99 (um real e noventa e nove centavos) para cada comunicação enviada pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, na forma do inciso VII do art. 37;

X – R\$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos) para a transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, para emissão de certidão por ofício de registro das pessoas naturais diverso daquele em que foi feito o assento.

Art. 2º. Esta Resolução Deliberativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões da Comissão Gestora, aos quinze dias do mês de julho do ano de 2014.

Adriana Patrício dos Santos
Coordenadora da Comissão Gestora